

**AS CONCEPÇÕES URBANÍSTICAS QUE IMPULSIONARAM O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO E A REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO EM SÃO PAULO: SANEAR E EXCLUIR**

Rodrigo Alberto de TOLEDO<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo pretende elencar as principais concepções urbanísticas que contribuíram na formulação de um pensamento urbanístico voltado para o desenvolvimento capitalista e para a reprodução da força de trabalho. Dessa forma, discutiremos as principais questões levantadas no período, desde as primeiras décadas do século XX até o final da década de 1950. Destarte, apresentaremos, nas três primeiras seções deste artigo, as concepções que efetivamente impactaram o pensamento urbano paulista da primeira metade do século XX: **Sanitarismo, concepção pendular: entre a Teoria Mesológica e a Teoria Microbiana; A formulação historicista de Camillo Sitte; A cidade-jardim de Howard e a experiência francesa.** Nossas análises foram elaboradas a partir de ampla sistematização bibliográfica e documental realizada no Arquivo Histórico Municipal (Intermediário) de Araraquara, consultas ao acervo da biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Araraquara, estado de São Paulo. As análises dos levantamentos sistematizados apontam que se efetivou uma corrente urbanista no Estado de São Paulo com nítidas influências das concepções que conduziram os debates dos urbanistas na primeira metade do século XX. Entretanto essas concepções compõem um quadro de transformações urbanas na cidade de São Paulo e, visivelmente, em algumas cidades do interior paulista, anteriores à solidificação de uma proposta interventora totalizante de cidade, denominada, posteriormente, de Plano Diretor.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pensamento urbano. Planejamento urbano. Cidade-jardim. Camillo de Sitte. Sanitarismo.

**Sanitarismo, concepção pendular: entre a teoria mesológica e a teoria microbiana**

Os médicos, a partir do século XIX<sup>2</sup>, exerceram papel fundamental no processo de construção nas diversas propostas de intervenções urbanas nas cidades brasileiras. A questão da higiene, após a segunda metade do século XIX, foi tratada pelos engenheiros sanitaristas como um conjunto de soluções que fazia parte da agenda de mudanças propostas pelos médicos desde o início deste século. Segundo Costa (2003), são três as principais questões urbanas enfocadas nesse período: a higiene, a circulação e a estética. O debate sobre essas questões vinculava-se, por sua vez, à problemática das grandes cidades: a saúde e a qualidade de vida dos centros urbanos. (DAMASCENO, 1996). A partir dessas bases, os autores destacam que a medicina desse período não estava apenas circunscrita nos aspectos clínicos

---

<sup>1</sup> UNESP - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras - Departamento de Administração Pública. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 - ro-toledo@hotmail.com.br

<sup>2</sup> Segundo Costa (2003), a partir do século XVIII, principalmente na Europa, a cidade antiga (medieval) sofreu uma série de críticas, sobretudo quanto à higiene e à circulação.

## **As concepções urbanísticas que impulsionaram o desenvolvimento do capitalismo e a reprodução da força de trabalho em São Paulo: sanear e excluir**

---

da saúde, mas também em um espaço social que deveria ser compreendido em sintonia com o espaço físico de ocupação do território.

A tônica utilizada pelos reformuladores do século XIX era, portanto, compartilhada pelos médicos que creditavam como causa dos males das cidades a situação da matéria orgânica em decomposição existente em alagadiços, pântanos, esgotos e o ar viciado das habitações. Diante desse contexto, a ocorrência de epidemias, que assolavam as cidades brasileiras a partir do século XIX, surge uma nova agenda de mudanças na organização dos municípios.

Ao mesmo tempo em que as transformações impulsionadas pelo quadro da economia do Brasil contribuía para a sua configuração capitalista periférica - com a formação de um contingente de mão de obra assalariada de reserva - assistíamos a uma crescente preocupação do Estado com a sobrevivência e reprodução da força de trabalho livre, uma vez que as epidemias comprometiam a manutenção do fluxo migratório.

Para Fernandes A. (1987 apud COSTA 2003, p.86):

[...] grande parte do raciocínio que justificava a importância do saneamento das cidades se prendia precisamente ao cálculo econômico, sendo comum várias referências à economia realizadas pelo fato de se baixar em um ou dois pontos a taxa de mortalidade nas cidades, demonstrando cabalmente a necessidade econômica do higienismo.

O debate técnico-científico foi o arcabouço teórico utilizado pelos higienistas na construção de suas propostas de intervenção urbana no final do século XIX. Surgem, nesse contexto, dois grupos: o primeiro, que adotava a teoria do sanitário mesológico, enquanto o segundo adotava o microbiano (COSTA, 2003).

Temas como a circulação e a estética foram analisados pelos higienistas sob a mesma ótica, ou seja, a circulação estava ligada à lógica do escoamento da produção, da mesma forma que o acesso dos trabalhadores a suas áreas de trabalho ao dinamismo do capital.

Contudo entendemos que ocorrem investimentos em infraestrutura em determinadas zonas da cidade em detrimento de outras. Essa concepção dialoga diretamente com os **planos de melhoramentos** que determinaram as transformações pelas quais sofreram o centro das principais cidades brasileiras no início do século XX. Naquela época, o enfoque era a circulação de pessoas, mercadorias e fluidos. Quanto à estética, há a construção de uma relação direta com o formato que projetavam para as cidades, ou seja, civilizadas, higiênicas e modernas.

## **As concepções urbanísticas que impulsionaram o desenvolvimento do capitalismo e a reprodução da força de trabalho em São Paulo: sanear e excluir**

---

Para Costa (2003), essas características poderiam possibilitar contatos financeiros efetivos com o capital internacional, dessa forma, o que estava em jogo era o imaginário de cidade que se pretendia “comercializar”. Essas cidades precisavam se transformar em espaços atrativos para o capital internacional, pois o novo papel que o Brasil ocupava na divisão internacional do trabalho demandava uma visão mercadológica do espaço urbano.

Segundo Andrade (1982 apud COSTA, 2003, p.86),

A cidade como manufatura desenvolveu-se como o avanço do processo de urbanização do capitalismo industrial [...]. Na virada do século XIX para o XX, com a cultura urbanística oscilando entre a cidade como obra de arte e a cidade como manufatura, determinações que delimitavam campos do conhecimento e disciplinas distintas afastaram os engenheiros do desenho, planejamento e gestão urbanos, localizando-os nas infraestruturas e na funcionalidade da cidade. Para alguns urbanistas de então, entre os quais Camillo Sitte, tratava-se de conciliar as dimensões técnica e estética na construção das cidades.

Esses capitais, segundo Szmencsány (1993), não apenas foram capazes de colaborar entre si, como também se mostraram aptos a obter o apoio do Estado na provisão de serviços públicos essenciais, na regulação do parcelamento das terras com a venda de lotes e na criação de infraestrutura física dos sistemas de transporte e saneamento.

Para Costa (2003), a cidade, portanto, era ela própria uma mercadoria. Esse aspecto é interessante, pois revela que a questão estética era extremamente forte, a exemplo das propostas urbanísticas elaboradas por Sitte e Haussmann. Já a vertente americana estava associada à questão do capital, da interação entre o público e o privado, e da administração. São Paulo se insere nessa dinâmica sem, entretanto, negar a nítida influência europeia que sofreu, ou seja, incorpora parâmetros estéticos e higiênicos, mas também se volta para a questão do capital transformando seu espaço em área de expansão do capitalismo imobiliário especulativo.

Em Andrade (1992 apud COSTA, 2003, p.89), identificamos uma conceituação a respeito da teoria mesológica e da teoria do contágio que busca explicar:

[...] as condições do meio que favoreciam as doenças, bem como o modo delas se propagarem. Assim, após a descrição da topografia sanitária das cidades assoladas pelo mal, segue-se o registro dos pontos de passagem ou estadia dos doentes, bem como a condenação de reuniões e cerimônias coletivas. Revela-se, assim, que o controle das epidemias passará por uma ciência do território, dependerá de uma política geopolítica e será exercido sobre grandes massas populacionais, anunciando modernas formas de controle político.

## **As concepções urbanísticas que impulsionaram o desenvolvimento do capitalismo e a reprodução da força de trabalho em São Paulo: sanear e excluir**

---

Segundo Costa (2003), os métodos utilizados para o controle das epidemias contavam com a criação do cordão sanitário, a quarentena, as fumegações, as fogueiras aromáticas, as lavagens de cal branca e as rezas. Nas vezes, quando a moléstia já estava instalada na cidade, a solução era abandoná-la.<sup>3</sup>

A Engenharia Sanitária do início do século XIX tinha como tarefa impedir o contágio em uma situação de amontoamento. Por assim ser, não era à toa a presença de higienistas e sanitaristas entre os principais formuladores das concepções organicistas da cidade, com frequentes analogias entre a saúde da cidade e a do corpo humano. As intervenções urbanas da Engenharia Sanitária estavam pautadas no objetivo último de fazer com que as águas circulassem de maneira salubre. Era preciso ordenar o seu fluxo e conduzi-las aos esgotos.

No entanto, a teoria que mais se articulou no século XIX e que se constituiu como a mais legitimada e aceita no decorrer do século XX foi a teoria microbiana. O que promoveu um intenso debate entre a teoria mesológica e a microbiana foi a constatação de Louis Pasteur de que os micróbios transmitiam as doenças e não os miasmas, como era até então difundido e aceito.

Segundo Costa (2003, p.90),

Ao atribuir a fermentação a micro-organismos, Pasteur conseguiu, pela primeira vez na história da medicina, precisar a causa das doenças, assim como desenvolver mecanismos para evitar tais enfermidades: as vacinas. No Brasil, o principal seguidor dessa teoria foi Oswaldo Cruz. Foi sob sua administração que a Diretoria Geral de Saúde Pública, do governo de Rodrigues Alves (1902-1906), no Rio de Janeiro, protagonizou, segundo Sevcenko (1996), um dos episódios menos compreendidos da história recente do país: a Revolta da Vacina.

O tifo, a tuberculose, a lepra e a varíola assolavam o Rio de Janeiro e colocavam em risco a economia do país. Diante desse problema, Oswaldo Cruz recebeu plenos poderes do governo federal para sanear a cidade. O que foi feito com muita competência e organização, mas também com muito autoritarismo, introduzindo campanhas sanitárias de cunho nitidamente militar.

Os objetivos dos planejadores do final do século XIX e início do século XX eram, segundo Campos (2002), “assegurar condições mínimas de vida para uma população em

---

<sup>3</sup> Como, por exemplo, o que aconteceu em Araraquara no início do século XX, quando a cidade foi abandonada pelo poder público que se instalou na estação ferroviária de Américo Brasiliense, cidade vizinha, por conta da epidemia de febre amarela que grassava na cidade.

## **As concepções urbanísticas que impulsionaram o desenvolvimento do capitalismo e a reprodução da força de trabalho em São Paulo: sanear e excluir**

---

rápido crescimento, normalizar a ocupação e o uso dos espaços e equipamentos e adequar a cidade aos negócios, às instituições e ao poder burguês”. Nesse sentido, a normatização da ocupação e do uso do solo era o aspecto mais importante dos planos realizados em São Paulo. Nessa perspectiva, a teoria mesológica ganhava outro sentido e também mais adeptos, pois, no embate com a teoria microbiana, ela justificava cientificamente a dominação do espaço.

Por fim, depreendemos que não havia tanta diferença entre as medidas a serem tomadas e os resultados obtidos. Enquanto a teoria microbiana atacava as causas, a teoria dos meios atacava não a doença em si, mas as condições propícias à sua manifestação. Assim, para o planejamento urbano, não havia tanta diferença em ser seguidor de uma ou de outra teoria. Fato incontestável é que ambas contribuíram para a gênese de uma normatização da ocupação e do uso do solo urbano.

### **A formulação historicista de Camillo Sitte**

O pensamento urbanístico de Camillo de Sitte foi aglutinado em seu livro, *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. Há a compreensão, por alguns autores, de que o livro de Sitte pretendia abrir um debate crítico em relação às obras que o Barão de Haussmann tinha executado na cidade de Paris no século XIX.

Sitte parte de uma ampla contextualização histórica como uma ferramenta de análise dos referenciais utilizados no passado para a edificação das cidades. Segundo o autor, os parâmetros do passado utilizados para a construção das cidades, deveriam ser compreendidos detalhadamente. Ao utilizar essa opção de análise histórica das cidades, Sitte acaba por demonstrar-nos a sua escolha metodológica que, no limite, também revela um nível de comprometimento estético-antropológico na forma de construir as cidades.

Sitte (1992), logo no início de sua obra, busca o referencial histórico de filósofos gregos, principalmente Aristóteles e Pausânias, para iniciar o processo de configuração de seu modelo propositivo de cidade, ou seja, um lugar que deveria prescindir de praças e edifícios públicos. Da mesma forma, Sitte (1992), reafirma, ao buscar esses referenciais filosóficos na cultura grega, que a construção de uma cidade deveria mesclar concepções embasadas na técnica e, primordialmente, na estética de seu desenho.

As praças deveriam se relacionar com as ruas e com as edificações de maneira que as ruas ficassem perpendiculares à linha de visão. Ele era contra espaços vazios, contrapondo-os aos espaços com a presença de edifícios e obras de arte que, dependendo da distribuição, poderiam causar sensação de fechamento, de aconchego, o que ele identificava na cidade

## **As concepções urbanísticas que impulsionaram o desenvolvimento do capitalismo e a reprodução da força de trabalho em São Paulo: sanear e excluir**

---

antiga e que gostaria de conservar. Criticava as ruas retas, que só atenderiam à circulação, não dando a devida atenção ao fator estético. As alamedas e os jardins só encontram bons resultados nos bairros residenciais, segundo Sitte (1992). A área central da cidade mereceria atenção especial, pois a vegetação mal localizada atrapalha a apreciação das obras principais. Os jardins modernos, abertos fogem aos objetivos da higiene a que se propõem, principalmente durante o verão, quando a livre circulação dos ventos espalha a poeira e o calor, e as novas avenidas e os novos requisitos da circulação e da economia são incompatíveis com as antigas características dos espaços públicos.

No final do livro, Sitte (1992) apresenta uma sistematização das ideias anteriormente expostas, sugerindo um método projetual: primeiro um estudo das condições de contorno e, em seguida, uma resposta a essas condições. Defende, então, a necessidade de um plano conjunto, o qual chama de programa a ser seguido, que constaria de dois pontos fundamentais: a) o estudo do possível crescimento da cidade (com um horizonte de 50 anos), denotando certa separação de funções (circulação, residência, vilas suburbanas e zonas destinadas a comércio e indústrias); b) “com base nessas informações indispensáveis, deveriam ser definidas a quantidade, as dimensões e a forma aproximada dos edifícios públicos programados” (SITTE, 1992, p.20).

A contribuição de Sitte (1992) está na forma em que ele propõe a elaboração de um estudo das cidades. Primeiramente, trabalha com uma projeção (50 anos) em que essas mudanças deveriam ocorrer. Em segundo lugar, Sitte apresenta uma concepção de cidade que considera aspectos que influenciavam diretamente na sua dinâmica, até então não abordados pelos “planejadores”: a circulação, as residências, o subúrbio (ou a periferia) e áreas destinadas ao comércio e às indústrias. Em certa medida, Sitte (1992) foi o precursor do zoneamento como um instrumento de planejamento urbano, caracterizado pela aplicação de um sistema legislativo (geralmente na esfera municipal) que procurava regular o uso, a ocupação e o arrendamento da terra urbana por parte dos agentes de produção do espaço urbano, tais como as construtoras, incorporadoras, proprietários de imóveis e o próprio Estado. As leis de zoneamento restringem o tipo de estrutura a ser construída em um dado local da cidade com base em suas funções (as diferentes zonas: comerciais, residenciais, industriais ou mistas, em seu uso residencial ou comercial e, eventualmente, a indústria de baixa incomodidade).

### **A cidade-jardim de Howard**

## **As concepções urbanísticas que impulsionaram o desenvolvimento do capitalismo e a reprodução da força de trabalho em São Paulo: sanear e excluir**

---

O conceito de cidade-jardim se populariza na medida em que as ideias de Ebenezer Howard, expressas no seu livro *Garden Cities of Tomorrow* (primeira edição de 1898), são concretizadas pelos arquitetos Raymond Unwin e Barry Parker, em 1903, na cidade inglesa de Letchworth – classificada como a primeira cidade-jardim da história, e na periferia londrina de Hampstead.

A proposta de cidade-jardim de Howard não estava restrita a um modelo espacial. Consistia em um gabarito ideal de cidade autônoma com gestão comunitária, de limites desenhados por um cordão agrícola circulante, com uma extensa área verde, diferindo das cidades industriais inglesas da época. Howard (1996) sugeria a aquisição de uma gleba de 6000 acres, em distrito agrícola, para ser conservada como propriedade única. Uma pequena parcela da área seria destinada a construções, enquanto o restante constituiria um cinturão permanente de parques e sítios. A cidade deveria possuir, em sua área, indústrias suficientes para proporcionar emprego aos seus habitantes, estabelecendo-se um limite para a população total. Essa sua proposta se concretiza com a construção de Letchworth, a primeira cidade-jardim inglesa, estabelecida em 1903, a 32 milhas de Londres. As cidades-jardins inglesas exerceram grande influência sobre o planejamento das áreas residenciais suburbanas de alto padrão e das comunidades suburbanas dos Estados Unidos.

A proposta de cidade-jardim de Howard apontava, ainda, três aspectos importantes: a questão fundiária, o papel das ferrovias e o desenho da cidade. É uma resposta à teoria de mercado e à da renda da terra, formuladas por economistas como Von Thünen,<sup>4</sup> neoclássico, e Ricardo,<sup>5</sup> ligado à economia política. Em Ricardo (1982) identificamos que a renda fundiária era interpretada como sendo uma manifestação particular da riqueza social. As classes sociais não eram vistas pelo acúmulo de riqueza, mas por relações econômicas. Para ele, os latifundiários não produzem, mas recebem parte do lucro em razão do direito à propriedade. A riqueza produzida no campo, portanto, não era obtida pelos trabalhadores, mas, sim, pelos proprietários da terra.

Von Thünen identifica a riqueza como algo escasso. Nesse sentido, sua teoria da renda da terra tem por objetivo explicar a melhor forma de utilizar essa escassez. Para ele, o proprietário é um ser passivo e o mercado seria o melhor locador do uso do solo. A renda seria a expressão da concorrência espacial.

---

<sup>4</sup> Johann Heinrich von Thünen nasceu em Canarienhäusen, hoje Wangerland, Baixa Saxônia, em 24 de junho de 1783. Foi um economista alemão, muito conhecido pela sua teoria da localização ou de localização sobre a geografia rural-urbana (SCHUMPETER, 1982).

<sup>5</sup> David Ricardo nasceu em Londres em 18 de Abril de 1772 e morreu em Gatcombe Park, em 11 de setembro de 1823. É considerado um dos principais representantes da economia política clássica.

## **As concepções urbanísticas que impulsionaram o desenvolvimento do capitalismo e a reprodução da força de trabalho em São Paulo: sanear e excluir**

---

Na realidade, Howard (1996) era abertamente contra a organização social/produzida capitalista. É razoável pensar, dessa forma, que a sua cidade-jardim atacava exatamente essas formas de apropriação de renda da terra, de acúmulo de riqueza, pois, ao propor que a terra é um bem comum e que os lucros advindos de sua valorização (seja pela transformação do solo agrário em urbano, seja pela infraestrutura da cidade ou, ainda, pela produção agrária), são revertidos para a própria sociedade (seus reais proprietários), ele está, por um lado, contrapondo-se à lei do mercado e, por outro, negando o acúmulo do capital por apenas uma classe social.

Outro aspecto a ser destacado é o papel estruturador do espaço desempenhado pelas ferrovias nas cidades jardins. Para Lins (1998, p.112), na cidade-jardim de Howard:

O limite externo que define o plano de transição entre a cidade e o campo é caracterizado pelo anel ferroviário [...] a ferrovia, nesse caso, é definidora do espaço urbano, como se a área por ela ocupada formasse um anel divisorio, quase como uma muralha. Junto à faixa de domínio da estrada de ferro estão dispostas as fábricas e os depósitos, reforçando a divisão espacial cidade-campo. [...] a relação da cidade-jardim com seu território é estabelecida pela via férrea. Assim também é tratada a ligação dos diversos núcleos urbanos e, o que seria a capital, numa rede de cidades-jardins [...].

Lins (1998) aponta a ferrovia como elemento estruturador, capaz de dar unidade ao espaço, isto é, ligar áreas distintas, possibilitar a circulação de pessoas e mercadorias, além de ser um meio de transporte coletivo.

Por fim, quanto ao aspecto formal, seu desenho propriamente dito, Howard (1996), apresenta os diagramas como úteis para acompanhar a descrição da cidade em si. Entretanto seu desenho não é uma forma fechada, podendo ser amplamente modificado. A maior preocupação dele era com o conceito de cidade e não com a forma, podendo esta adquirir outra configuração, segundo seu projetista. Concluímos que, para ele, a concepção de sociedade é mais forte do que o desenho da cidade.

Em uma nota de rodapé de seu livro, Howard (1996) relata sobre o desenho das cidades, fazendo alusão ao crescimento das cidades americanas.

É comum pensar que as cidades dos Estados Unidos são planejadas. Isso somente é verdadeiro no sentido mais inadequado. As cidades americanas certamente não constituem intrincados labirintos de ruas cujas linhas parecem ter sido traçadas por vacas [...]. Algumas ruas são traçadas, e à proporção que a cidade cresce, vão sendo estendidas e repetidas com uma monotonia raramente interrompida. Washington é uma magnífica exceção a esse padrão de arruamento, mas mesmo essa cidade não está planejada com a finalidade de assegurar a sua população acesso fácil à natureza, pois seus

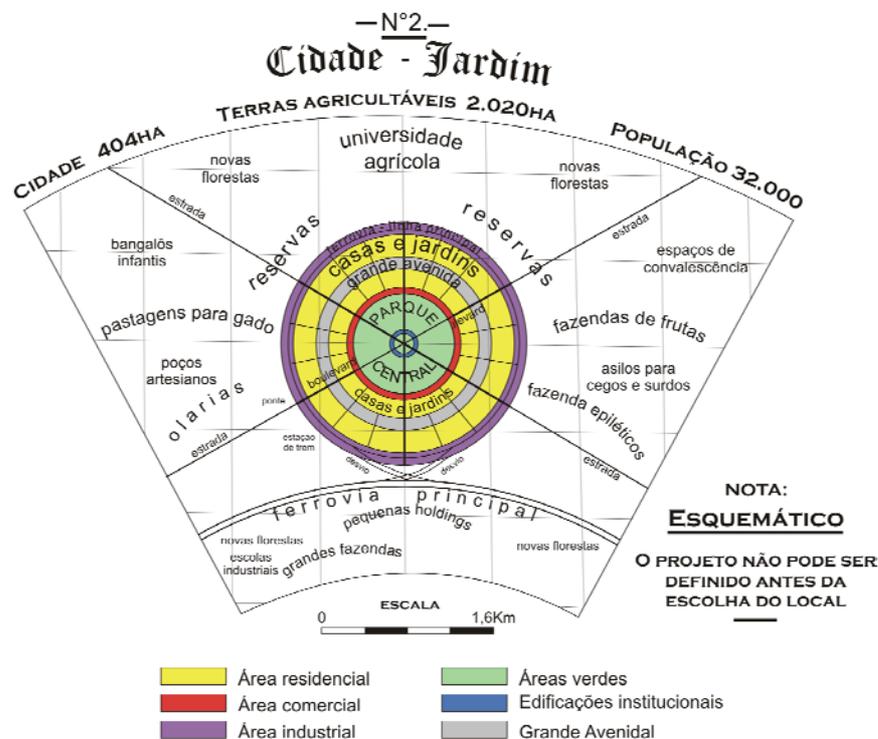
## As concepções urbanísticas que impulsionaram o desenvolvimento do capitalismo e a reprodução da força de trabalho em São Paulo: sanear e excluir

parques não são centrais nem suas escolas e outros edifícios estão distribuídos de forma científica (HOWARD, 1996, p.135).

O aspecto que mais chamava a atenção de Howard (1996) era a acessibilidade das pessoas à natureza e aos edifícios públicos e o zoneamento funcional, assim como a dimensão estética que o arruamento das cidades deveria possuir, evitando o geometrismo.

Howard (1996) preconizava um desenho de cidade radiocêntrica, limitada por ferrovias, com a presença de um cinturão verde, de parques e ruas arborizadas. O zoneamento funcional, com restrições sobre o uso do solo urbano, a altura das construções e sua ocupação na malha urbana da cidade, também era um importante aspecto na concepção das cidades-jardins. O desenho das ruas teria que ser sinuoso, evitando o geometrismo, e deveriam existir unidades de vizinhança.<sup>6</sup> A moradia operária sintetizava a ideia de construção de uma nova comunidade com envolvimento da sociedade local. A propriedade da terra era da comunidade e os lucros advindos da valorização das terras eram revertidos para sua infraestrutura, vejamos na Fig.1 abaixo a representação gráfica de uma cidade-jardim.

Figura 1 - Abaixo a representação gráfica de uma cidade-jardim.



Interpretado a partir do diagrama original e do texto contido em Howard (1996, p. 113).  
Autor: Renato Saboya (2008)

Fonte: Howard (1996).

<sup>6</sup> Unidade de Vizinhança é, segundo a formulação original do início do século 20, uma área residencial que dispõe de relativa autonomia com relação às necessidades cotidianas de consumo de bens e serviços urbanos (BARCELLOS, 2001).

## **As concepções urbanísticas que impulsionaram o desenvolvimento do capitalismo e a reprodução da força de trabalho em São Paulo: sanear e excluir**

---

O esquema da Fig. 1 mostra a distribuição geral da Cidade-Jardim, conforme concebida por Ebenezer Howard (1996 - 1ª edição 1898). A cidade deveria ter uma estrutura radial, com 6 grandes bulevares indo em direção ao centro, ao sul a cidade deveria ser limitada por uma ferrovia e ao norte por florestas ou Universidades Agrícolas. A figura mostra, ainda, os primórdios da divisão de usos e da adoção de baixas densidades.

Parte das ideias de Howard chegou ao Brasil, mais precisamente a São Paulo, por volta da década de 1910, por intermédio da Companhia City, empresa de capital estrangeiro de especulação imobiliária que construiu uma forte relação com a Prefeitura. Em São Paulo não houve a construção de cidades-jardins, mas a construção de bairros-jardins. A região escolhida da cidade foi o quadrilátero sudoeste, que contou com projetos de Barry Parker (propondo ou construindo) para os bairros Pacaembu, Jardim América, entre outros. Entretanto, nesses empreendimentos, aparecem apenas algumas ideias de Howard, tais como: o nome do bairro, no caso Jardim América, com conotação simbólica, a forte presença de jardins, de avenidas arborizadas e as condições sanitário-higiênicas.

Vejam os alguns exemplos das intervenções urbanísticas da Companhia City em São Paulo:

A região do bairro do Butantã era pouco valorizada e foi escolhida pela Companhia City, que já enxergava que, com o ritmo de crescimento de São Paulo, a cidade se expandiria naquela direção. A Companhia City, antevendo as possibilidades de ganhos imobiliários, investiu nas melhorias que atrairiam os compradores, interessados no inédito conceito urbanístico que a empresa implementaria pela primeira vez na América do Sul, a cidade-jardim. Era a primeira vez que um bairro seria construído de acordo com um planejamento prévio e seguindo as normas urbanísticas definidas pelo inglês Ebenezer Howard. A Companhia City foi a responsável pela abertura da Avenida Anhangabaú, atual Nove de Julho, assim como seu prolongamento até o Jardim América na década de 1930, proporcionando à cidade um marco urbanístico característico da proposta de cidade-jardim, sendo hoje uma das mais utilizadas vias de circulação. A região só começou a se desenvolver no fim do século XIX, principalmente motivada pela fundação do Instituto Butantã, em 1899. A área que deu origem ao bairro era de propriedade da família Vieira de Medeiros que a vendeu para a Companhia City em 1915. Uma grande área, com mais de 2.300 mil m<sup>2</sup>, que começou a ser urbanizada pela companhia por volta de 1930, dando origem ao bairro do Butantã.

## **As concepções urbanísticas que impulsionaram o desenvolvimento do capitalismo e a reprodução da força de trabalho em São Paulo: sanear e excluir**

---

Em 1935, após estudos iniciados dois anos antes, a Companhia City começou a urbanizar cerca de 80 mil m<sup>2</sup> de terrenos e concluiu suas obras no final da década, após a retificação do Rio Pinheiros. Assim como já havia feito em outros bairros, a Companhia City adotou os modelos urbanísticos da cidade de Howard. Mais tarde, a região acabou por se beneficiar com a construção do Jockey Clube e da Cidade Universitária. Os projetos de Barry Parker para os referidos bairros incorporaram noções da cidade-jardim tais como avenidas arborizadas, jardins e condições sanitárias-higiênicas, o formato sinuoso das ruas evitando o geometrismo, o formato radiocêntrico dos bairros e a presença de um parque central.

### **A experiência francesa**

A partir de 1925, em Paris sob o governo de Poincaré, foi criado o Comitê Superior de Organização da Região Parisiense. Posteriormente, em 1932, uma lei obrigava a preparação de um plano de urbanismo regional. Elaborado por Henri Prost<sup>7</sup> e aprovado em 1939, jamais foi aplicado. Após a Segunda Guerra Mundial, recebendo uma influência direta das ideias de J. F. Gravier expressas em seu livro *Paris et le désert français*, iniciou-se a implantação de uma política de descentralização industrial e de ordenação do território. Um decreto datado de 31 de dezembro de 1958 instituiu o Plano de Ordenação e Organização Geral da Região Parisiense (PADOG) – em que foi determinado um perímetro além do qual a aglomeração não deveria expandir – que foi aprovado por decreto em 1960.

No entanto sua ineficiência era patente, pois, no mesmo ano, a metade das habitações autorizadas estava excepcionalmente fora do perímetro de urbanização. No ano de 1961, foi criado o distrito da região parisiense. M. Delouvrier, delegado geral de Paris, encomendou um plano diretor de ordenação e de urbanismo da região de Paris, publicado em 1965. Esse documento traçou uma série de políticas, dentre elas, a criação de novas cidades francesas que contribuiriam para o desenvolvimento da região urbana ao redor da capital.

Harouel (1990) demonstra a impotência do poder público diante do gigantismo urbano que, dentre outras características inconvenientes e inerentes à sua enormidade, apresenta alto nível de vida, o que, por outro lado, não ocorre nas grandes cidades da maioria dos outros países em desenvolvimento. Nesses locais, o gigantismo se revela assustador por meio de sua faceta particularmente desumana, resultado do imenso crescimento demográfico. Nesses

---

<sup>7</sup> Henri Prost foi cofundador, em 1911, da Sociedade Francesa dos Urbanistas, juntamente com os arquitetos Donat Alfred-Agache, Sr. Auburtin, A. Bernard, Hernard Eugene, Leon Jaussely, A. Parenty, o engenheiro Jean Claude Nicolas Forestier e o arquiteto e paisagista Eduardo Redont. Consultar a obra de Jean-Pierre Frey (2004).

## **As concepções urbanísticas que impulsionaram o desenvolvimento do capitalismo e a reprodução da força de trabalho em São Paulo: sanear e excluir**

---

casos, o aumento populacional segue uma progressão geométrica, pois há o crescimento do número de nascimentos e a queda da taxa de mortalidade. De maneira contrária ao que se passou no ocidente, onde o crescimento demográfico precede o progresso econômico ao invés de acompanhá-lo. Assim, foi necessário, *a posteriori*, suscitar um processo de desenvolvimento destinado a possibilitar a sobrevivência do excedente populacional.

Nos países em desenvolvimento, a explosão urbana segue de maneira acentuada aquela da Europa do século XIX. Caracas quintuplicou a sua população depois da Segunda Guerra Mundial. As cidades de Lima, São Paulo e do México assistiram à sua população triplicar. Em Argel e Teerã, a população triplicou e quadriplicou, respectivamente, nas duas últimas décadas.<sup>8</sup> No entanto o exemplo mais gritante é o da cidade do Cairo, pois, concebida para 3 ou 4 milhões de habitantes, contava, no início do década de 1990, com aproximadamente dez milhões.

Harouel (1990) chama-nos a atenção para o fato de as cidades dos países em desenvolvimento não conseguirem acolher as mudanças promovidas pelas massas humanas que afluíram para os seus espaços. Assim, são rodeadas de imensos subúrbios feitos de favelas.

Em Lima, um terço da população vive em favelas. Mesmo Brasília possui suas favelas. Em algumas dessas cidades não existe nem mesmo eliminação de esgoto e coleta de lixo. Os detritos acumulam-se na periferia em verdadeiras colinas e das quais vive um povo miserável de mendigos e dos quais retiram sua subsistência. (HAROUEL, 1990, p.141-142).

Apesar de sua miséria dramática, as cidades dos países em desenvolvimento são locais de esperança, onde talvez se tenha a chance de obter um emprego produtivo e, portanto, um salário.

Contudo, voltando à experiência francesa de antecipação e ordenação da ocupação do solo urbano que se inicia, concretamente, a partir da metade do século XIX e, principalmente, no início do século XX, consolida-se um sistema de licença para construir.

O decreto de 26 de março de 1853 criou, em Paris, uma licença para construir “no interesse da segurança e da salubridade”. A lei de 15 de fevereiro de 1902 impõe de maneira genérica uma autorização para construir destinada a assegurar a proteção da saúde pública. Mais tarde, em 13 de julho de 1911, interpõe-se uma lei relativa às perspectivas monumentais e aos sítios que institui um sistema de autorização prévia por motivos estéticos. Nos anos 1919 e 1924, seguem leis relativas aos planos de ordenação que fazem da licença de construir a sanção do plano das cidades em questão. A última alteração na licença de construir, ocorre

---

<sup>8</sup> O livro de Harouel foi publicado no Brasil em 1990.

## **As concepções urbanísticas que impulsionaram o desenvolvimento do capitalismo e a reprodução da força de trabalho em São Paulo: sanear e excluir**

---

em 1943 que, na verdade, unificou todas as licenças anteriores. Posteriormente, o sistema de licença de construir se mantém sendo reforçado somente pela lei de 31 de dezembro de 1976 que também institui uma licença para demolir.

No entanto, se formos focalizar a planificação urbana, ela somente apareceu com as Leis de 14 de março de 1919 e 19 de julho de 1924 que determinavam que todas as cidades com mais de dez mil habitantes, assim como uma série de outras comunas, deveriam ter, no prazo de três anos, “um plano de ordenação, de embelezamento e de expansão” (HAROUEL, 1990, p.44). Mesmo assim, essas determinações não foram respeitadas.

Uma nova etapa se inicia com a reforma de 1958-1959 que institui a distinção entre plano diretor de urbanismo – para Harouel (1990), a verdadeira carta do desenvolvimento urbano dotada de um caráter mais permanente –, e os planos parciais que podiam ser revisados mais facilmente. No entanto esse sistema foi modificado pela lei de diretrizes fundiárias de 1967, que criou os planos diretores de planejamento e de urbanismo (SDAU) e os planos de ocupação do solo (POS), que representavam uma planificação a curto termo e organizavam uma divisão do espaço em uma série de zonas nas quais as condições de construção encontravam-se regulamentadas com precisão. Esse sistema determinava que, para zona, o POS fixava um coeficiente de ocupação (COS) que determinava, por sua vez, a densidade máxima de construção sobre um dado terreno. O COS podia ser elevado em zona urbana (2 ou 2,5); ele seria baixo em zona rural, mas raramente seria nulo, o que seria nocivo ao meio ambiente. A lei fundiária de 31 de dezembro de 1976 tentava resguardar as regiões rurais, não amparadas por um COS, contra a urbanização anárquica criando zonas protegidas do meio ambiente (ZEP).

Em 1958, foram instituídas as zonas urbanizáveis prioritárias (ZUP). Elas objetivavam concentrar esforços de urbanização em certos perímetros determinados fora dos quais a licença de construir poderia ser recusada.

Finalmente, a lei fundiária de 1967 substitui o sistema das ZUP pelo das ZAC (zonas de planejamento coordenadas). Elas determinavam um quadro jurídico que poderia servir de suporte às operações de urbanismo de qualquer natureza.

### **Conclusões**

As preocupações que nortearam a formulação dos instrumentos franceses de ordenação e regulamentação da ocupação do solo urbano serviram de base para o “pensar” urbanístico brasileiro. A experiência francesa é a mais significativa na constituição do que

## **As concepções urbanísticas que impulsionaram o desenvolvimento do capitalismo e a reprodução da força de trabalho em São Paulo: sanear e excluir**

---

denominamos urbanismo brasileiro. Vejamos como essas influências e seus desdobramentos se deram a partir de dois autores: Haussmann e Agache.

As intervenções em aglomerados existentes, com a finalidade de saneá-los, objetivando transformá-los segundo as necessidades de seu tempo foram as que mais se notabilizaram nas grandes intervenções empreendidas por Haussmann em Paris.

Segundo Toledo (1996, p.110), o Barão de Haussmann:

[...] promoveu uma operação extensiva de reorganização, homogeneização e saneamento da cidade, que implicaram excessivos trabalhos de demolição. Esse fato lhe rendeu, por várias vezes, críticas, já que grande parte dos edifícios e do tecido urbano medieval da cidade foram sacrificados. As novas construções utilizaram, em sua maioria, um repertório eclético sem muita originalidade, mas discreto e regular. Esse fator, somado ao apego à linha reta para abertura de grandes avenidas, foi interpretado como meio de sanear a cidade e, também, como estratégia para facilitar a ação armada, em caso de revoltas.<sup>9</sup>

[...]

As decisões baseavam-se num pormenorizado levantamento e estudo da situação existente em toda a cidade e na consideração do fator 'tempo', analisando, dessa forma, a história do local e, igualmente, dados estatísticos para sua projeção futura. Seus objetivos eram muito mais abrangentes do que os de seus contemporâneos, uma vez que ele encarava o espaço urbano como um organismo que, para operar com funcionalidade, não poderia ser apenas a justaposição de suas partes. Sua forma de atuar estava alicerçada, principalmente, no estabelecimento de um sistema de circulação e de aeração, onde a questão do fluxo de tráfego era prioritária.

No Brasil, a mais conhecida e estudada influência do urbanismo francês seria a sofrida pela cidade do Rio de Janeiro. A primeira intervenção mais ampla ocorreu nessa cidade entre 1902 e 1906, durante a gestão de Pereira Passos.<sup>10</sup>

Segundo Stuckenbruck (1996), Passos teve um papel importante na medida em que incorporou a concepção de reforma urbana ao poder estatal e sua consequente objetivação em obras públicas.

Para Stuckenbruck (1996, p.107):

Em Passos, o que se faz é abrir ruas, praças, alargar avenidas, construir um rígido código de posturas, regulamentando o uso do espaço urbano – mas não há um projeto para a cidade como um todo, não há técnicos especializados na cidade, não há um campo definido de atuação para o futuro profissional urbanista -, não há urbanismo! O que há são intervenções

---

<sup>9</sup> Haussmann pensava em alternativas que pudessem facilitar o combate a levantes como os que ocorreram no ano de 1871 com a Comuna de Paris.

<sup>10</sup> Para Andrade (1992), a intervenção de Pereira Passos no Rio de Janeiro visava criar uma imagem de cidade europeia em pleno trópico. No entanto, teve caráter pontual e fragmentário, sem pretender dar uma resposta ao problema do crescimento da cidade a médio ou longo prazo.

## **As concepções urbanísticas que impulsionaram o desenvolvimento do capitalismo e a reprodução da força de trabalho em São Paulo: sanear e excluir**

---

pontuais e localizadas na malha urbana, orientadas pelos princípios do higienismo e da ciência positiva.

É no bojo desse debate que ocorre o episódio da Revolta da Vacina no Rio de Janeiro. Estimulada, principalmente, pela execução de uma proposta urbanística que se impunha à cidade do Rio de Janeiro, sem levar em conta o corpo social, sem negociar melhorias nas condições de vida dos grupos, enfim, de forma arrogante.

Na década de 1920, o discurso se altera. A cidade passa a ser objeto de intervenções que abarcavam sua totalidade e, para isso, intensifica-se a necessidade de um corpo técnico especializado que contasse com o respaldo do *status* científico. Para Stuckenbruck (1996, p.111):

[...] o que caracteriza esse momento é uma mudança de conteúdo no discurso sobre o urbano, marcada pelo surgimento de novos profissionais especializados e pela concepção global da cidade, utilizando-se da metáfora do organismo, emprestada do saber médico.

O debate sobre os destinos das cidades ganhava o interesse dos mais variados setores da sociedade, desde engenheiros e técnicos da prefeitura até médicos sanitaristas, passando pela opinião pública. O poder público, nesse contexto, produz clara política de urbanização da cidade, como não poderia deixar de ser, repleta de interesses elitistas. Na segunda metade da década de 1920, foi realizado um plano de urbanização para a cidade do Rio de Janeiro, o qual veio a ser conhecido como *Plano Agache*. Consistia em grandes avenidas arborizadas e áreas com jardins para o centro. Essas mudanças pelas quais as cidades passavam abrangiam questões de saneamento básico, água, esgotos e drenagem, escoamento do lixo e das inundações e circulação como uma das principais funções da cidade. Propunha, ainda, a implantação de um sistema metroviário e a criação de áreas habitacionais com deslocamento da população de baixa renda para os subúrbios, e os de alta para os bairros-jardins na Zona Sul. Para Abreu (1992), o Plano Agache constitui o exemplo mais importante da tentativa das classes dominantes da República Velha de controlar o desenvolvimento da forma urbana carioca.

As análises realizadas apontam que se efetiva uma corrente do pensamento urbanista no Estado de São Paulo com nítidas influências das concepções do sanitarismo, da visão historicista de Camille Sitte (1992), da cidade-jardim de Howard (1996) e da concepção francesa e da americana. As concepções brevemente apresentadas nesse artigo, efetivamente, contribuíram na formulação do que classificamos de *corrente do pensamento urbanístico paulista*. Salientamos, entretanto, que as três primeiras concepções – a sanitarista, a historicista de Camille Sitte e a cidade-jardim de Howard –, compõem um quadro de

## **As concepções urbanísticas que impulsionaram o desenvolvimento do capitalismo e a reprodução da força de trabalho em São Paulo: sanear e excluir**

---

intervenções urbanas na cidade de São Paulo e, visivelmente, em algumas cidades do interior paulista, anteriores à solidificação de uma concepção totalizante de cidade. Em outras palavras, tais visões serviram de inspiração para intervenções pontuais nessas cidades, contribuindo, ainda mais, para a solidificação de um processo de exclusão urbana.

A questão higienística dos séculos XVIII ao XX estava ligada ao saneamento das cidades a partir de uma concepção de exclusão, fosse esta de caráter técnico-científico ou de ordem sócio-cultural. Tecnicamente, sanear era retirar, excluir, segregar tudo aquilo que fosse pútrido, fétido ou que impedisse a circulação de fluidos (morros, matas, curso de rios), bem como os agentes portadores de enfermidades, ou seja, os micróbios, bactérias e mosquitos.

Do ponto de vista cultural, sanear era excluir as ideias “antigas”, era a busca do novo, de uma maneira moderna de existir e viver e, sobretudo, de ocupar e compreender a cidade. Tudo que lembrasse o passado medieval ou, no nosso caso, o passado colonial, limitador do progresso ou que retardasse a modernização e a transformação da sociedade e, por conseguinte, da cidade, deveria ser eliminado.

Culturalmente, era excluir tudo aquilo que comprometesse o desenvolvimento capitalista, que obstaculizasse o desenvolvimento capitalista, que barrasse à reprodução e à manutenção da força de trabalho, inclusive hábitos e costumes (o alcoolismo, a prostituição, a promiscuidade e a “vagabundagem”) que pudessem prejudicar a dinâmica veloz que a economia e a cidade capitalista adquiriam.

A construção de propostas urbanas que se cristalizaram em planos, então voltados para o todo, está vinculada à formação de aparato conceitual que desse conta, a partir do ano de 1954, quando São Paulo assume a condição de primeira metrópole brasileira, dos atributos da cidade, cuja abordagem tornou-se praticamente inacessível ao urbanismo paulistano. Naquele momento, São Paulo desafiava o urbanismo e os seus mais experientes profissionais. Portanto foi a partir da década de 1950 que se construiu um ponto de inflexão na trajetória das relações entre a metrópole e o urbanismo que já assumia sua nova versão: a de planejamento urbano.

A constatação de Tafuri (1985), ao analisar as relações entre metrópoles europeias e o urbanismo na segunda e terceira décadas do século XX, mostra que tanto a metrópole quanto o urbanismo viviam condições de convívio inviável. Entendemos que São Paulo, guardadas as devidas proporções, também vivia essa relação conflituosa e contraditória entre metrópole e urbanismo. O centro da argumentação de Tafuri (1980) é que a metrópole do desenvolvimento não aceita “o equilíbrio no seu seio”. Na cidade de São Paulo, no período de 1950 a 1960 – metrópole do desenvolvimento –, o urbanismo moderno, tal como o qualificou Tafuri (1980), não encontrava seu lugar na desenfreada caminhada da metrópole do

## **As concepções urbanísticas que impulsionaram o desenvolvimento do capitalismo e a reprodução da força de trabalho em São Paulo: sanear e excluir**

---

progresso. Ao percorrermos e analisarmos as diferentes propostas de intervenção na metrópole e a ideia de cidade contida em cada uma delas se pretendeu demonstrar os limites conceituais que cada modelo de reflexão e intervenção apresenta.

### **THE URBANISTIC CONCEPTIONS THAT IMPELLED CAPITALISM DEVELOPMENT AND THE WORKFORCE REPRODUCTION IN SÃO PAULO: SANITIZE AND EXCLUDE**

**ABSTRACT:** *This article aims to rank the main concepts in vogue in the city of São Paulo who contributed to the formulation of a shared urban oriented capitalist development and reproduction of the workforce. This way, it will discuss the main issues raised in the period, which is between the first decades of the XX Century to the end of the 1950s, trying to foresee how they worked as engineers and architects to incorporate the urbanistic proposals from Europe and the United States. And then, we will present, on the first four sections of this article, points of view that effectively impacted the paulista urban thought of the first half of the XX century: Sanitarism, pendular conception between the Mesologic Theory and the Microbian Theory; the Historicist formulation of Camillo Sitte; Howard's garden-town and The French Experience. Our analyses were formulated having as a reference the broad systematization of bibliography and documents performed at the Arquivo Histórico Municipal (Intermediário) de Araraquara (Historical Municipal Archive from Araraquara), consultations at the books of the library of the biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (USP Architecture and Urbanism College) and at the Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, Araraquara-SP( College of Sciences and Languages from UNESP, campus Araraquara). The analysis of the performed research show that one urbanistic torrent at São Paulo State with clear influences from the conceptions that led the urbanistic debates in the first half of the XX Century. Although these conceptions compose a painting of urban transformations at São Paulo city and noticeably in some inland cities, previously to the solidification of a whole proposition for the city that was later called of Directive Plan.*

**KEY-WORDS:** *Urban thought. Urban planning. Cidade-jardim. Camillo de Sitte. Sanitarism.*

### **REFERÊNCIAS**

ABREU, M. de A. **Evolução urbana do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro: Iplan-Rio, 1992.

ANDRADE, C. R. M. de. **A Peste e o Plano:** o urbanismo sanitaria do engenheiro Saturnino de Brito. 281f. 1992. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

BARCELLOS, V. Q. Unidade de vizinhança: notas sobre sua origem, desenvolvimento e Introdução no Brasil. Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasília, 2001. **Cadernos eletrônicos.** Disponível em: <[http://www.unb.br/fau/pos\\_graduacao/cadernos\\_eletronicos/unidade/unidade.htm](http://www.unb.br/fau/pos_graduacao/cadernos_eletronicos/unidade/unidade.htm)>. Acesso em: 05 fev. 2010.

CAMPOS, C. **São Paulo pela lente da higiene:** as propostas de Geraldo de Paula Souza para a cidade (1925-1945). São Carlos: RiMa Editora, 2002.

## **As concepções urbanísticas que impulsionaram o desenvolvimento do capitalismo e a reprodução da força de trabalho em São Paulo: sanear e excluir**

---

COSTA, L. A. M. **O ideário urbano paulista na virada do século: o engenheiro Theodoro Sampaio e as questões territoriais e urbanas modernas (1886-1903)**. São Carlos: RiMa: Fapesp, 2003.

DAMASCENO, E. C. **Engenheiros dos novos tempos**. São Paulo: [s.n.], 1996.

FREY, J-P. Henri Prost (1874-1959), um planeador de rotas distintas. **Urbanismo**, [S.l.], n.336, p.56-60, mai./jun. 2004.

HAROUEL, J.-L. **História do urbanismo**. Campinas: Papyrus, 1990.

HOWARD, E. Sir. **Cidades-jardins de amanhã**. Tradução de Marco Aurélio Lagonegro. São Paulo: Hucitec, 1996.

LINS, A. J. P. S. A ferrovia e três utopias urbanas, ou como os pioneiros viam o trem: uma análise comparativa entre “Cidades Jardins”, “Cidades Linear” e “Cidade Industrial”. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 5., 1998, São Paulo. **Anais...** São Paulo: PUC-Campinas, 1998. 1 CD-ROM.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. Introdução de Piero Sraffa. Apresentação de Paul Singer. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).

SEVCENKO, N. **Orfeu extático na metrópole: São Paulo: sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHUMPETER, J. A. **Historia del análisis económico**. 2.ed. Barcelona: Editorial Ariel, 1982.

SITTE, C. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo: Ática, 1992.

STUCKENBRUCK, D. C. **O Rio de Janeiro em questão: o plano agache e o ideário dos anos 20**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.

SZMENCÁSÁNY, M. I. Q. F. Produção, apropriação e organização do espaço na economia cafeeira: contrastes entre o Vale do Paraíba e o Oeste paulista (1880 – 1930). **Sinopses**, São Paulo, n.5, p.20, 1993.

TAFURI, M. **Viena Rossa: la politica residenziale nella Vienna socialista: 1919-1933**. Milano: Electra, 1980.

\_\_\_\_\_. **Projecto e utopia: arquitectura e desenvolvimento do capitalismo**. Tradução de C. Jardim e E. Nogueira. Lisboa: Presença, 1985.

TOLEDO, B. L. de. **Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo**. São Paulo: Empresa das Artes, 1996.